

## Na pegada de George W. Bush ou o discreto encanto de uma grande estratégia

Angel Viñas<sup>1</sup>

Grande estratégia: numa acepção ampla, diz-se de um plano de acção omnicomprensivo, baseado na relação calculada entre os meios disponíveis e os amplos objectivos perseguidos [Seminário de pós-graduação em história internacional, diplomática e militar, Universidade de Yale<sup>2</sup>]

Nos anos em que a responsabilidade governativa pertenceu ao presidente José María Aznar, ocorreu uma mudança copernicana na política externa que a Espanha vinha a forjar após a ditadura franquista. Plasmou-se no alinhamento, férreo e sem fissuras, com a administração Bush. O exemplo paradigmático foi a intervenção militar no Iraque. Não foi um acto solitário. Tony Blair comprometeu-se muito mais, e os soldados britânicos estiveram na primeira linha dos combates, e por isso pagaram um preço significativo.

O alinhamento de Blair cristalizou, numa versão peculiar, a grande estratégia de política externa britânica, baseada na noção que entre Washington e Londres existe uma «relação especial», que se fundamenta na história, no sangue derramado em duas guerras mundiais e nos esforços desenvolvidos contra o inimigo comum durante a Guerra Fria. Permite ao Reino Unido desempenhar um papel muito mais importante do que aquele que decorreria dos seus recursos próprios, e mesmo ter algum peso, assim consta, nas margens do Potomac. Existe, desde há algum tempo, um grande debate sobre a correcção destas asserções. Não faltam diplomatas britânicos<sup>3</sup> que questionam alguns dos seus princípios e relacionam antes o alinhamento blairista com a dependência estrutural em que, nos últimos anos, caiu o Reino Unido no que se refere à sua capacidade de agir autonomamente quando essa actuação não é do agrado de Washington, algo que não ocorre no caso da França. Contudo, a actuação de Tony Blair não foi surpreendente. Já a de Aznar, foi. Neste artigo tentar-se-á argumentar que a surpresa não deveria ter sido tão grande porque a actuação de Aznar se baseava igualmente numa «grande estratégia» espanhola prévia. Esta ligação não foi suficientemente analisada pelos analistas estrangeiros.

---

<sup>1</sup> Catedrático da Universidade Complutense. Autor de *En las garras del águila. Los pactos con Estados Unidos, de Francisco Franco a Felipe González (1945-1995)*, Editorial Crítica, Barcelona, 2003.

<sup>2</sup> Compartilhada por primeiríssimas figuras como os professores Paul Kennedy, John Lewis Gaddis e Charles Hill. Sobre este último, ver David Brooks, «Learning to Think, and Live», *The New York Times*, 20 de Julho de 2004.

<sup>3</sup> Neste sentido, é de consulta obrigatória o trabalho de Sir Rodric Braithwaite, «End of the Affair», *Prospect*, Maio de 2003. Sir Rodric foi embaixador em Moscovo e presidente do Joint Intelligence Committee em 1992-93. Não se trata, de modo algum, de um esquerdista lunático, infiltrado no *establishment*.

Perante o público, a decisão foi justificada, entre outros motivos, pela necessidade de defesa contra a omnipresente ameaça terrorista e com a eliminação dos arsenais iraquianos. A Espanha contribuía assim para a salvaguarda dos valores comuns. A acção empreendida pelos Estados Unidos não era de natureza muito diversa da luta contra o terrorismo interno. As dúvidas sobre a legalidade de uma intervenção militar externa, que não conseguira o apoio explícito do Conselho de Segurança e que tantos rios de tinta fizera correr no resto da União Europeia não penetraram em La Moncloa nem nas apertadas filas de deputados do PP, que unanimemente apoiaram a mudança governamental.

Muito mais tarde, depois do trauma causado pela derrota nas eleições de 14 de Março, surgiram notícias sobre a existência de dúvidas no interior do PP em relação à «hiperliderança» aznariana e à sua «sobredose atlantista». Um dos comentários, assim parece, que foi feito a Aznar no seio da sua própria família política foi que a actuação na questão do Iraque «nunca foi explicada dentro do Partido Popular, apesar das dúvidas que suscitava»<sup>4</sup>. Fora do PP, a crítica foi aberta, severa e consistente. Perante ela, e tal como fez em relação aos seus correligionários, o então presidente tampouco passou de afirmações generalistas, apresentadas com a força de dogmas de fé, que não convenceram nenhum partido da oposição nem grandes sectores da opinião pública espanhola.

Depois da sua saída de La Moncloa, Aznar forneceu alguns dados que iluminam um pouco a sua mudança. Gerou grande polémica a sua intervenção em Navacerrada, a 5 de Julho de 2004, na abertura do Curso de Verão da fundação do PP a que preside. Neste artigo, o ponto de partida é uma das suas afirmações: «*a política só vale a pena se se apoia em ideias*». Contudo, não convém deixar de lado a prática, pois não é em vão que o inferno está cheio de boas intenções. Tampouco se deve esquecer a pouco desprezível questão dos interesses. Quem ganha, como, quanto e porquê? De qualquer forma, para efeitos analíticos, aqui somente se abordam as ideias identificáveis nos esforços que o antigo presidente desenvolve para que, tal como deseja, «os cidadãos formem o seu próprio juízo». Como é evidente, os cidadãos só poderão fazê-lo analisando as argumentações públicas e não as elaborações de gabinete ou os eventuais planos de altos voos de documentos internos.

Na intervenção de Aznar em Navacerrada destacam-se três ideias positivas e uma negativa. A primeira é que para não se ser europeísta de «retórica oca» é preciso, antes de tudo, «ser atlântico». É, na opinião de quem escreve este artigo, a mais significativa. Deveria, quiçá, precisar que nem sequer Blair, cuja política europeia não demonstrou ser um exemplo claro de europeísmo militante, chegou a tanto. Pode-se ser europeísta, admirar muito os Estados Unidos e não gostar, como é o caso de numerosos norte-americanos, de uma clique dirigente de extrema-direita que não teve pruridos em manipular, frequentemente de forma tosca, o profundo patriotismo dos seus concidadãos. A afirmação de Aznar não é passível de ser consensual. É verdade a União Europeia

---

<sup>4</sup> José Luis Barbería, «¿Hay vida después de Aznar?», *El País Domingo*, 18 de Julho de 2004.

de hoje cresceu e desenvolveu-se sob o escudo da NATO, amparada pelo compromisso norte-americano de defesa contra o comum inimigo bolchevique. Também é verdade que antes os Estados Unidos tinham dado um contributo essencial para a «cruzada» (Eisenhower *dixit*) de libertação de uma parte da Europa do jugo imposto por dois dos grandes protectores do general Franco. Mas tal não tem necessariamente que levar a ser, *antes de tudo*, atlântico para ser um excelente europeu.

A segunda ideia é que «*se queremos pensar a Europa não podemos deixar de reflectir sobre a forma de melhorar a imprescindível cooperação atlântica*». São escassos os políticos e responsáveis governamentais europeus que negam a necessidade de manter uma excelente cooperação entre as duas margens do Atlântico. O problema é a adaptação dessa necessidade à lotaria de um governo como o do Presidente Bush, que não hesitou em fazer de juiz e de parte; que desprezou o direito internacional; que só fez flexões tácticas quando a sua aventura iraquiana encalhou em previsíveis, mesmo que não previstas, dificuldades; que se deleitou com as discrepâncias intra-europeias, quando não as atçou, nos bastidores; que parece perseguir objectivos estritamente particulares (se não inconfessáveis) com base em medidas unilaterais e que acentuou as fracturas que percorrem a sua própria sociedade.

A terceira ideia é que a maior ameaça do nosso tempo é a terrorista, dirigida «*contra todos os que não estamos dispostos a recuar perante os delírios totalitários de grupos fanáticos*». Ninguém discute a seriedade e a urgência do problema – a questão é como abordá-lo eficazmente. Poderia pensar-se, por exemplo, e muitos o fizeram, que invadir o Iraque, cujo detestável regime não tinha tido nada a ver como o «9/11» nova-iorquino, não era necessariamente a melhor via. Existiram dúvidas desde o primeiro momento (o que não aconteceu no caso do Afeganistão, reduto proclamado da al-Qaida). As investigações oficiais norte-americanas e numerosos testemunhos de pessoas com acesso aos círculos de poder em Washington, antes de o antigo presidente espanhol declarar as suas certezas, não fizeram mais que corroborá-las. É surpreendente que nada disso tenha abalado a fé inamovível de Aznar na administração Bush e nos seus proclamados objectivos de liberdade para os iraquianos, fora – isso sim – de um marco operativo credível que tivesse em consideração as incidências do conflito israelo-palestino e, em particular, os efeitos do comportamento do Governo de falcões de Sharon. Saber até que ponto deve a Europa compartilhar o etnocentrismo da administração Bush ou a influência dos fundamentalistas pró-israelitas, cristãos ou não, sobre a mesma, não é algo que admita uma resposta unívoca.

No seu marco de certezas e mensagens positivas, o ex-presidente introduz uma noção negativa. A ideia que o governo socialista tinha vinda a manobrar – horror dos horrores – de tal forma que, nem mais nem menos, «*se destruiu a aliança internacional que nos permitia que nos sentíssemos seguros*». E isto, quatro meses passados sobre o 11 de Março, em plena polémica sobre as

decisões governamentais tomadas antes, durante, e depois dos atentados terroristas de Madrid, parece um pouco forte.

Na opinião de quem escreve este artigo, as quatro ideias publicamente mencionadas ilustram os contornos de um esboço de política externa e de segurança que identifica a ameaça interna e externa sob uma categoria central: o terrorismo, seja ele etarra ou islamo-fundamentalista. Para lidar com esta ameaça, um requisito imprescindível é uma forte vontade nacional, moldada com a maior proximidade possível à formulação própria. Daqui o ênfase nos perigos do «*secessionismo político*», que alimenta e/ou justifica o «*terrorismo separatista*». No plano internacional a aliança essencial, chave, que não deve debilitar-se por nenhuma razão, é a relação com a administração Bush. A ancoragem à Europa, o «*européismo*» que «é parte integrante de toda a realidade política espanhola» não é algo que possa de modo algum ser um contraponto à vertente «atlântica». Para Aznar, não é possível alguém ser europeísta se não se colocar ao lado de uns Estados Unidos que, dirigidos pelo presidente George W. Bush, aspiram a salvar o mundo dos perigos que enfrenta a sobrevivência colectiva<sup>5</sup>.

Poderia pensar-se que a mudança aznariana foi determinada pela resposta aos atentados terroristas de 11 de Setembro. É a interpretação mais usual. No entanto, uma análise um pouco menos superficial permite identificar outros antecedentes que, possivelmente, não foram tidos em consideração pelos analistas estrangeiros. São estes antecedentes, franquistas, que este artigo pretende desvendar.

As estratégias espanholas tendentes a fazer de Espanha um «parceiro privilegiado» dos Estados Unidos atribuem uma série de funcionalidades muito precisas à conexão com a grande potência. Os Estados Unidos foram, como é notório, o grande suporte externo do franquismo. Substituindo-se «terrorismo» por «comunismo» e o antídoto ao «secessionismo» pela «unidade inabalável dos homens e das terras de Espanha», mantendo a relação com os Estados Unidos no topo das prioridades das opções estratégicas externas de Espanha, que surge? Nem mais nem menos que a cristalização actual, por trás do véu da Europa e da ancoragem à NATO, desse encanto que em alguns sectores da direita espanhola ainda suscita o que foi o centro da política externa espanhola da ditadura.

Nas duas épocas históricas, e na perspectiva dos círculos de poder governamental em Espanha, a relação com os Estados Unidos exerceria certas funções altamente desejáveis e cuja conjunção não poderia ser dada por nenhuma outra combinação alternativa. A saber:

- em ambas se aspirou a captar recursos não disponíveis internamente para a luta contra o inimigo comum. No franquismo tratou-se de recursos quantificáveis – e que foram quantificados.

---

<sup>5</sup> A ideia está presente nas memórias do ex-presidente: *Ocho años de Gobierno*, Planeta, Barcelona, 2004, pág. 150.

No segundo caso, recursos de informações e *intelligence*, sobre os quais abundam rumores e que, por razões óbvias, jamais foram identificados;

- em ambas se desejou contribuir para a modernização dos serviços mais relevantes. No franquismo foram as FAS<sup>6</sup>, apesar de os norte-americanos nunca terem estado dispostos a ultrapassar certos limites. O que a Espanha necessitava, afirmou o próprio presidente Eisenhower, era de um «pequeno e eficiente exército». No segundo caso foram os mecanismo de *intelligence*, se bem, pelo que se soube com os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito sobre o 11 de Março, a sua utilização não tenha sido incontroversa;
- em ambas se pretendeu pôr em dia as doutrinas. No franquismo mediante a inserção da ameaça externa numas FAS que tinham como missão central a dissuasão do inimigo interno, o importante. No segundo caso, através da validação do conceito de «acções de carácter antecipatório» à *la Bush*<sup>7</sup>. Não deixa de surpreender, não obstante, que o profundo desprestígio que decorreu da aplicação da estratégia norte-americana ao «exemplo» do Iraque não tenha tido qualquer reflexo no discurso de Navacerrada;
- em ambas se quis alcançar o prestígio que adviria do abraço à potência hegemónica ocidental. No franquismo para sair da frieza que rodeava externamente o regime. No segundo caso para jogar o jogo de uma política de potência que não permitem, por si mesmos, os recursos próprios mobilizados. [O inglês, mais rico neste caso que o castelhano – e o português – usa expressões como *posturing*, *grandstanding* ou, simplesmente, *punching above one's weight*];
- em ambas se procurou ter acesso a círculos de que a Espanha não fazia parte. No franquismo tratou-se de um amplo leque, que ia das Nações Unidas à Comunidade Económica Europeia e à NATO. No segundo caso mencionou-se, vagamente, o G-8;
- em ambas se ocultou à opinião pública os objectivos a atingir, evitando a possibilidade de desprestígio caso não se materializassem. No franquismo, os Estados Unidos nunca se impuseram aos seus aliados da NATO nem muito menos aos membros da Comunidade Europeia. No segundo caso também não se poderia forçar a vontade a Alemanha e da França, cuja aquiescência seria necessária. Não se constrói o consenso desprezando os que têm que aprovar a entrada, já que o G-8 é um clube informal e não uma organização com requisitos objectivos de admissão;
- em ambas partiu-se de uma profunda desconfiança em relação ao vizinho – a França – e, sobretudo, do desejo de reduzir a sua influência em Espanha. No franquismo culpava-se a França de difundir ideias contrárias à tão propalada democracia orgânica. No segundo caso, imputasse-lhe uma acção de domínio quase secular sobre a política externa espanhola. É como se a debilitação

---

<sup>6</sup> Ver o excelente livro do Professor Gabriel Cardona, *El gigante descalzo. El ejército de Franco*, Aguilar, Madrid, 2003.

<sup>7</sup> Discurso de Aznar perante a cúpula das FAS, *El País*, 21 e 22 de Outubro de 2003.

da Espanha, mesmo durante a Restauração, por alguns dos exímios políticos por quem Aznar sente tanta admiração, não tivesse nada a ver com o assunto;

- em ambas foi utilizada a relação com os Estados Unidos para reforçar as posições políticas relativamente à fronteira sul e, sobretudo, a possibilidade de desenvolver acções de *constructive engagement*, que pouco se compaginavam com o nacionalismo agreste que se proclamava internamente. No franquismo os diplomatas espanhóis estavam conscientes de que Washington (o grande dissuasor em cujos braços se tinha refugiado a ditadura) não queria envolver-se num conflito bilateral, mas contavam com uma eventual mediação, caso se chegasse a uma situação de emergência. No segundo caso, o uso do telefone por parte do secretário de Estado Colin Powell contribuiu para desactivar o incidente do ilhéu de Perejil<sup>8</sup>, sem entrar nas causas e nos processos que lhe deram origem;
- em ambas utilizou-se muito mais a retórica e a alienação em termos meramente políticos e diplomáticos que a atribuição pura e dura de recursos financeiros e operacionais, que nunca foram demasiado abundantes. No franquismo assumiu-se conscientemente um papel de *free-rider*, sem nada contribuir para a segurança colectiva. No segundo caso o volume de recursos destinados à defesa apenas sofreu uma pequena variação, sem sequer chegar ao extremo de alterar a percentagem do PIB, nos diminutos e invariáveis 1,3%<sup>9</sup>;
- em ambas foi necessário convencer a opinião pública para justificar as decisões. No franquismo recorreu-se à figura retórica de que se era preciso «dançar» com alguma potência estrangeira, pelo menos que fosse com a mais importante. No segundo caso a invocação da necessidade de criar um vínculo «especial» com a única potência hegemónica foi uma constante;
- em ambas as decisões essenciais foram tomadas na solidão dos gabinetes presidenciais. Em El Pardo ou em La Moncloa. Nos dois casos o Ministério dos Negócios Estrangeiros foi relegado para o papel de mero executor técnico. Em nenhuma das duas épocas o aparelho diplomático conheceu outras modernizações que não fossem as derivadas das mudanças políticas, sociais e geracionais globais.

Como é óbvio, na política externa de Espanha existem certamente enormes diferenças entre as duas épocas assinaladas, apesar de não estarem tanto inscritas na lógica do «modelo» mas mais no seu contexto, interno e externo. São duas as diferenças mais importantes. No franquismo, a ligação aos Estados Unidos foi utilizada para fortalecer a posição interna da ditadura e enaltecer o homem providencial que tinha mantido a Espanha à margem da Segunda Guerra Mundial e que dirigia, com passo firme e olhar em frente, a modernização económica e social em benefício de todos os espanhóis. Isto era o que matraqueava a propaganda e uma das imagens que ficou na

---

<sup>8</sup> Powell descreveu a sua mediação (quarenta telefonemas, dois dias de trabalho, a *silly story*) na revista GQ, Junho de 2004 (<http://us.gq.com/plus>)

<sup>9</sup> Andrés Ortega, «¿Quiere España ser una gran potencia?», *El País*, 27 de Outubro de 2003.

memória, sobretudo em grande parte da direita espanhola, mesmo que a análise historiográfica tenha demonstrado a sua falsidade. No segundo caso esta vertente interna não é operacional (não faltava mais nada!!), salvo na medida crucial em que do abraço ao grande aliado norte-americano se retirassem dividendos de fortalecimento do governo e do partido, dirigidos por um homem de convicções fortes e cujas decisões, como líder, foram validadas por ambos e pelos próprios cidadãos<sup>10</sup>.

Mais interessantes são as diferenças relativas ao contexto externo. No franquismo, as opções tomadas foram elevadas à categoria de «grande estratégia», na acepção que a este termo dão os académicos da Universidade de Yale. Foi claramente omnicompreensiva. Não existiam alternativas ao vínculo com os Estados Unidos, qualquer que fosse o custo a preço a pagar. A única «ancoragem» de uma Espanha isolada, introvertida e fora do mapa foi a proporcionada pelos Estados Unidos, apesar de a retórica franquista o tentar esconder: daí as laudas à vertente hispano-americana, instrumentalizada sem o menor pudor, e aos laços com o mundo árabe.

No segundo caso, Aznar deparou-se com uma Espanha que já estava no mapa e ancorada tanto nos mecanismos de segurança e defesa ocidentais (NATO) como no que é hoje a União Europeia, com as suas ambições de desempenhar um papel relevante na cena internacional. Ora bem, sempre resta a aspiração a jogar uma política de potência, não a de um país de *segunda ordem* que, segundo ele, é do agrado desse esquerda a que tantas injúrias dedica<sup>11</sup>. Para tal, e em termos funcionais, a associação com os Estados Unidos era tão vital ou ainda mais, se possível, do que no franquismo.

A versão aznariana, de hirsuto corte neonacionalista, aspirou a extrair os máximos benefícios unilaterais de uma vocação atlantista («evidente» pela geografia e pela história). Atacou as excepções culturais (provas de decadência). Destacou o vigor ibero-americano, se bem que tenha modulado a relação pré-existente para a pôr ao seu serviço<sup>12</sup>. Realçou a penetração «hispanica» no coração da hiperpotência, com a vista a reforçar a aspiração a uma liderança mais ampla. Acrescentou que era preciso usar os meios necessários para apoiar a projecção de influência. Esqueceu-se um pouco dos mecanismos de segurança interna dirigidos contra o terrorismo islamo-fundamentalista. Tampouco foi capaz de contar a hemorragia de efectivos nos mecanismos últimos de dissuasão externa<sup>13</sup>. Contudo, a vontade de querer ser alguém em Washington foi defendida sem fissuras nem complexos. E perante os parceiros, amigos ou menos amigos, somente se seria *alguém* se se defendesse a política da administração. Como nos anos de antanho, só que agora ainda mais fortemente porque já não existiam as manifestações internas, ligadas aos imensos desequilíbrios contratualizados na relação bilateral hispano-norte-americana e que pouco a pouco

---

<sup>10</sup> Aznar, *op. cit.*, pág. 150.

<sup>11</sup> Aznar, *op. cit.*, pág. 151.

<sup>12</sup> Celestino del Arenal, «El papel de España en las Cumbres», Real Instituto Elcano, 28 de Junho de 2004.

<sup>13</sup> Miguel González, «Las Fuerzas Armadas han perdido casi 6.000 soldados en los últimos dos años», *El País*, 23 de Outubro de 2003.

foram sendo eliminados nos anos da UCD e dos injuriados governos socialista, ou seja, entre 1977 e 1988.

Qual foi o momento inicial da escalada em direcção a uma política de potência, de mão dada com George W. Bush? Primeiro que tudo, nas Nações Unidas, onde, segunda as palavras do então representante mexicano, embaixador Aguilar Zinser<sup>14</sup>, a missão diplomática espanhola foi, mesmo antes da entrada da Espanha no Conselho de Segurança por dois anos, a 1 de Janeiro de 2003, um dos aliados incondicionais de Washington, com uma posição rígida e juízos prévios. Em segundo lugar, na União Europeia, onde teve um grande impacto e contribuiu para acentuar os efeitos centrífugos que suscitava a intervenção anglo-americana no Iraque. Em terceiro lugar, na bofetada político-diplomática à França, quiçá em resposta à tibia atitude de Paris perante o incidente de Perejil e que veio aumentar das dúvidas em La Moncloa sobre a eficácia dissuasória da União<sup>15</sup>. Finalmente, no envio de um modesto contingente militar para o Iraque, com objectivos humanitários, mas com o qual se pretendia demonstrar que a Espanha contribuía para a defesa «das democracias ocidentais, particularmente da democracia espanhola»<sup>16</sup>. Pouco mais de um milhar de efectivos deviam actuar como vanguarda de uma estratégia de altíssimos voos.

Que dizer dos resultados? O presidente Aznar apareceu com frequência nas primeiras páginas da imprensa internacional. Em certos meios proliferaram as menções encomiásticas ao novo papel de uma Espanha, não menos nova, que não hesitava em fazer frente ao eixo franco-alemão e que era um dos pilares essenciais de uma pretendida «nova Europa». No entanto, após um momento culminante, que coincidiu com a famosa reunião dos Açores, o silêncio mediático volta a cair sobre o nosso país, quando começam a falar as armas e o nosso protagonismo, fundamentalmente diplomático, volta a ser menor<sup>17</sup>. Talvez tenha provocado uma certa desilusão, mas não demorou a ser adequadamente recompensado.

O presidente Aznar falou perante o Congresso norte-americano em Fevereiro de 2004. Até então, só o Rei tinha tido tal honra, em 1976, quando com palavras vibrantes consolidou o firme apoio à mudança política espanhola por parte da grande democracia norte-americana, cujo executivo não o tinha encarado com um entusiasmo delirante. A prestação de Aznar foi muito menos notável. Ao que consta, só assistiram cerca de 50 dos 535 congressistas<sup>18</sup>. Para preencher os bancos vazios foi necessário recorrer a funcionários e visitantes. Não obstante, proclamou-se que as relações pessoais com George W. Bush se estreitaram consideravelmente e Aznar visitou-o com alguma frequência, mesmo em férias. Nas fileiras governamentais soaram as loas e, claro está, cobriu-se

---

<sup>14</sup> Entrevista a Ernesto Ekaizer, *El País*, 14 de Julho de 2004.

<sup>15</sup> O melhor tratamento dado a este tema é de Jörg Monar, «The CFSP and the Leila/Perejil Island Incident: The Nemesis of Solidarity and Leadership», *European Foreign Affairs Review*, nº 7, 2002, págs. 251-255.

<sup>16</sup> Aznar, *op. cit.* pág. 173.

<sup>17</sup> Javier Noya, «La imagen de Francia, Alemania y España en los EEUU», Real Instituto Elcano, 8 de Março de 2004, pág. 5.

<sup>18</sup> Marco Schwartz, «Tres momentos de gloria», *El Periódico de Catalunya*, 23 de Julho de 2004.



de opróbrio os contestários. Foi recentemente recordado<sup>19</sup> que uma visita a Rabat do «então líder da oposição chegou a ser qualificada de traição por alguns sectores do governo espanhol». Esqueceu-se, sobretudo, o mais elementar: um país com uma opinião pública profundamente dividida, e que em grande parte recusava o unilateralismo norte-americano, não podia oferecer um apoio sólido a uma mudança percebida como demasiado drástica.

Aznar continuou a não questionar a legalidade da invasão nem a pobreza das justificações apresentadas às opiniões públicas ocidentais<sup>20</sup>. Nem sequer se encontra nas suas memórias a noção de que uma grande estratégia é tanto melhor quanto menores sejam os sacrifícios que a sua implementação requeira na defesa do leque de interesses de um país. No caso espanhol, esse leque é hoje muito mais amplo e complexo do que durante a ditadura – o chapéu de chuva da administração Bush não poderia cobrir todos os interesses.

A postura ideológica, política e operacional de Aznar não chegou à altura da do seu amigo Blair. Não há notícias de que o governo popular considerasse necessário levar a cabo um exercício similar ao que está subjacente ao relatório Butler<sup>21</sup>. Este, mesmo escrito na linguagem eufemística dos altos burocratas de Whitehall, contém críticas, por vezes devastadoras<sup>22</sup>. Graças a Lord Butler e aos seus colegas sabe-se, pelo menos, que desde o primeiro momento os funcionários britânicos puseram sobre a mesa a questão da legalidade de uma eventual guerra (parágrafos 266-267), que o *attorney general* mudou de atitude (parágrafos 374-378), que as questões de informação não pesaram na decisão final (parágrafo 379) e que o que inclinou o fiel da balança foi o reconhecido talento jurídico do primeiro-ministro (parágrafos 383-384), que tinha todos os motivos para não realizar uma exegese de teor académico.

Em questões tão controversas, a opinião pública deve temperar bem as afirmações de Bush e Cia. Um distinto político conservador, Lord Douglas Hurd, antigo ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, não teve problemas em afirmar que o mundo é mais perigoso depois da invasão anglo-norte-americana<sup>23</sup>. Libertou-se o Iraque da tirania, sim, mas também se abriram as portas ao terrorismo e à insurreição com resultados finais ainda desconhecidos.

É bom que a política se baseie em princípios explícitos. Convém, no entanto, que estes representem algo mais que meras certezas ideológicas ou funcionalidades actualizadas que não se adequem à dura realidade, interna ou externa. A tentativa aznariana de reavivar a grande

---

<sup>19</sup> «Cooperación militar», *La Vanguardia*, 29 de Julho de 2004.

<sup>20</sup> Para além de uma série de obras escritas por altos funcionários da Administração Bush, os trabalhos preliminares da Comissão Nacional sobre os ataques terroristas aos Estados Unidos tinham sido divulgados pela imprensa espanhola. O artigo de 16 de Junho de 2004, *Outline of the 9/11 Plot*, semanas antes do discurso de Navacerrada, demonstrou que o regime iraquiano não tinha tido nada a ver com os ataques. Nas suas memórias, o ex-presidente (*op. cit.*, pág. 152) reitera simplesmente que apoiou a intervenção porque o regime iraquiano não cumpria as resoluções da ONU.

<sup>21</sup> Review of Intelligence on Weapons of Mass Destruction, The Stationery Office, Londres, Julho de 2004.

<sup>22</sup> Matthew Norman, «Like Jeeves, this Butler's first language is Euphemism», *The Guardian*, 17 de Julho de 2004.

<sup>23</sup> *The Guardian*, 16 de Julho de 2004: «It is time for Tony Blair to leave No. 10».

estratégia do franquismo parece ter seguido o *dictum* de um autor pré-moderno, o jurista italiano Ludovico Zuccolo, em 1621: “Quem nunca navegou não presume conhecer a arte da navegação: quem nunca fez o menos esforço musical não pretende conhecer o imbricado das notas e das tonalidade. Mas são poucos os homens que, mesmo nunca tendo governado, se abstêm de julgar a administração dos estados e dos impérios». Isto aplica-se à época do despotismo iluminado, e em Espanha foi também certo durante a ditadura franquista. Mas não está conforme às exigências de transparência, responsabilidade e honestidade que uma democracia avançada e moderna tem o direito de exigir aos que a governam.

A formação desse *critério próprio* que Aznar proclama como meta, e como tal defende perante os cidadãos, implica a necessidade de adoptar uma atitude crítica perante a possibilidade de que se lhes possa vender gato por lebre. No Verão de 2004 os meios de comunicação social espanhóis mostraram o contrato assinado pela embaixada espanhola em Washington com um escritório de advogados especializado em relações públicas com o fim de, entre outros objectivos, estimular o apoio do Congresso à concessão da preciosa medalha de ouro ao então presidente do Governo espanhol. Depois de tantos serviços prestados?

Para além das demonstrações de indignação que surgiram na opinião pública, deve-se recordar que também aqui há reminiscências do obscuro passado franquista. Em 1949, a embaixada contratou um advogado, Charles Patrick Clark, por 50.000 dólares anuais (mais tarde aumentados) para que estimulasse a actividade de um *lobby* pró-espanhol. Pouco depois foi contratado o escritório Cummings, Stanley, Fruitt & Cross por 24.000 dólares. Ambos receberam, com parcimónia, quantidades não negligenciáveis de fundos para financiar actividades que favorecessem a aproximação dos congressistas à ditadura. Alguns burocratas madrilenos ficaram com os cabelos em pé perante comportamentos que já então eram habituais nos Estados Unidos mas que eles não entendiam, encerrados como estavam nas teias de um sistema político em que as autoridades faziam quase tudo o que queriam. Desta actuação, no entanto, resultaram medidas legislativas norte-americanas de maior importância para o regime (e também para Espanha), devidamente identificadas pela literatura.

No caso do governo popular, o contrato de dois milhões de dólares foi assinado directamente com a empresa Piper Rudnick (sem que se ponderassem hipóteses alternativas). Ao que parece, tal como no caso franquista, seguiram-se os procedimentos administrativos correspondentes, incluindo a autorização do Conselho de Ministros. Pois bem, até agora, não foi documentalmente demonstrado que o contrato servisse para mais do que conseguir que uma maioria da Câmara de Representante se inclinasse para a concessão da medalha (outorgada a Blair sem quaisquer problemas). O que está documentado, porém, é que Piper Rudnick se dedicou precisamente a essa tarefa. A concessão da medalha está agora encravada no Senado e as perspectivas de aprovação não são muito risonhas. Viver para ver.

Ao preparar o seu discurso de Navacerrada, é improvável que Aznar tenha tido em consideração o relatório do Congressista Henry A. Waxman, publicado com o patrocínio de um dos comités e da divisão especial de investigações da Câmara dos Representantes. Se o tivesse feito, teria podido ver até que ponto o presidente Bush e a sua clique camuflaram a questão iraquiana<sup>24</sup>. Daí que a necessidade de eliminar a ameaça dos arsenais de destruição em massa, ou de contribuir para manter a autoridade das Nações Unidas pouco contribua para dourar a auréola com que o ex-presidente rodeou, em parte, a sua tentativa fracassada de reavivar a grande estratégia do franquismo.

Na verdade, nunca se tratou de um enfoque de política externa mais ou menos neo-franquista. Como recordou Antonio Elorza<sup>25</sup>, tratava-se era de conseguir que a Espanha ficasse «nas mãos de gente de bem, como nos tempos de Franco». Haveria talvez que apostar que num sistema democrático é suposto haver uma certa congruência entre a política interna e a externa. De um modo geral, esta última emana da primeira, mesmo que tal não seja uma regra matemática – também pode utilizar-se a alavanca da política externa para influenciar a interna. Graças à conviência de diversos meios de comunicação espanhóis e ao controle da TVE, podia projectar-se para dentro, particularmente para os círculos mais influenciáveis da cidadania, a imagem rutilante de um líder, de um governo e de um partido que eram aclamados pela administração da potência hegemónica. Isto talvez tivesse gerado uma dinâmica para fortalecer a continuação de um sistema democrático dirigido com vontade de permanência pela grande direita espanhola. No final, as raízes franquista da opção estratégica de Aznar e da sua aposta nos Estados Unidos encontram a sua chave não na política externa mas no que realmente conta num país como Espanha: na capacidade de manutenção da orientação e da gestão de um sistema democrático de forma aceitável para a direita. *All politics is local!* Na grande estratégia do governo de Aznar e do seu partido não entrou nunca em consideração a possibilidade de perder as eleições de 14 de Março de 2004.

---

<sup>24</sup> *Iraq on the Record. The Bush Administration's Public Statements on Iraq*, 16 de Março de 2004 (www.reform.house.gov/min).

<sup>25</sup> «¿Adónde va el PP?», *El País*, 31 de Julho de 2004.